

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL – ADASA E A EMPRESA AHGORA SISTEMAS S/A. PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REGISTRO E CONTROLE DE FREQUÊNCIA DE SERVIDORES, POR MEIO DE SISTEMA VIA WEB, NA FORMA ABAIXO:

A **AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL – ADASA/DF**, neste ato denominada **CONTRATANTE**, autarquia especial, com sede social localizada no Setor Ferroviário - Parque Ferroviário de Brasília – Estação Rodoferroviária de Brasília, Sobreloja, Ala Norte, CEP nº 70.631-900, Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, representada, nos termos do disposto no inc. VI do art. 23 da Lei – DF nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, combinado com o inc. VI do art. 7º do Anexo Único da Resolução ADASA nº 16, de 17 de setembro de 2014, por seu Diretor-Presidente, Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles, brasileiro, biólogo, casado, portador da Carteira de Identidade Profissional nº _____, emitida pelo Conselho Federal de Biologia – CFB/DF, e inscrito no CPF sob o nº _____ residente nesta Capital, nomeado pelo Decreto s/nº, de 29 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, de 30 de setembro de 2015, e de outro lado, a empresa **AHGORA SISTEMAS S/A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ estabelecida na Rodovia José Carlos Daux (SC 401), n. 8.600, Bloco 06, Sala 05, Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis/SC, de agora em diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada por seu Diretor Presidente, Lázaro Malta dos Santos, brasileiro, engenheiro, casado, portador do RG nº _____, expedida pela IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº _____ residente na Capital de Santa Catarina têm entre si ajustados o presente contrato para a prestação de serviços de registro e controle e frequência de servidores, por meio de sistema via web, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PROCEDIMENTO

1.1. O presente Contrato obedece aos termos da Proposta da Contratada, datada de 07 de março de 2017, juntada às fls. 76 a 79, e do Projeto Básico nº 021/2016-STI/ADASA de fls. 18 a 21 do Processo Administrativo nº 197.001.587/2016, estando fundamentada no artigo 24, Inciso II, e demais disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, além das demais normas pertinentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de registro e controle e frequência de servidores da ADASA, por meio de sistema via web, denominado PontoWeb, na forma de software

Tuani Tiemann Gomes
Gestão de Contratos

Lázaro Malta dos Santos
Diretor Presidente


Bruna Perdicaris Degani
Gestão de Contratos
Advogada - OAB/SC 41.709

como serviço, incluindo o suporte e garantia pela Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1 Os serviços serão recebidos após sua execução pela CONTRATANTE, mediante aprovação pelo Executor do Contrato, que deverá confirmar se os serviços foram realizados, conforme as especificações constantes no Projeto Básico e na proposta da Contratada.

3.2. O recebimento e aceitação do objeto da licitação obedecerão ao disposto no artigo 73, inciso I e seus incisos, da Lei nº 8.666/93, e também ao disposto neste Contrato e no Projeto Básico.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. A execução dos serviços objeto deste Contrato dar-se-á na forma indireta.

4.2. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (Lei n.º 8.666/93, art.65, §§ 1º, 2º, II). Tais alterações devem ser previamente justificadas pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O contrato terá vigência de 12 (dozes meses), a contar da data de sua assinatura, e passa a ter eficácia a partir de sua publicação, vedada a prorrogação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

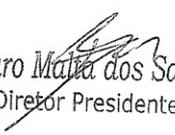
6.1. O pagamento será efetuado mensalmente, de acordo com o número de servidores cadastrados pela ADASA, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e do aceite da Administração, mediante depósito em conta corrente indicada pela contratada.

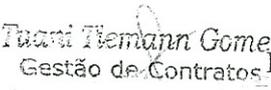
6.2. A liberação do pagamento ficará condicionada à comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA, por meio da apresentação dos documentos adiante relacionados:

I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;

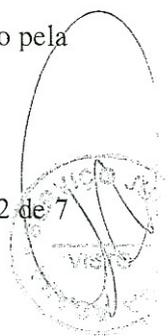
II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);


Bruna Perdicaris Degani
Gestão de Contratos
Advogada - OAB/SC 41.709


Lázaro Malta dos Santos
Diretor Presidente


Tuani Tiemann Gomes
Gestão de Contratos

Página: 2 de 7



III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV - Certidão Negativa de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, conforme inciso V do art. 29 da Lei nº 8.666/93.

6.3. Os documentos mencionados no item anterior, quando de acesso livre pela internet, serão obtidos diretamente pela ADASA.

6.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

6.5. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

I - a multa será descontada do valor total do respectivo contrato;

II - se o valor da multa for superior ao valor devido pelo fornecimento do material, ou ainda superior ao valor da garantia prestada, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

6.6. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecida à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR DO CONTRATO

7.1. O valor global estimado do presente Contrato é de R\$ 6.440,00 (seis mil, quatrocentos e quarenta reais).

CLÁUSULA OITAVA – DOS PREÇOS

8.1. O preço unitário a ser praticado, para cada servidor cadastrado no sistema pela ADASA, será de R\$ 4,00 (quatro) reais, por mês.

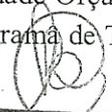
8.2. A ADASA pagará, ainda, o preço de R\$ 200,00 (duzentos), em única parcela, pelo serviço de treinamento remoto a ser prestado pela Contratada para a operação do sistema.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária: 21.206

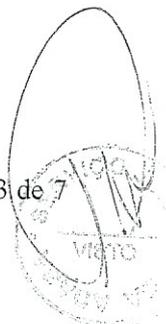
Programa de Trabalho: 04.122.6001.1471.0017


Bruna Perdicaris Degani
Gestão de Contratos
Advogada - OAB/SC 41.709


Lázaro Malta dos Santos
Diretor Presidente

Tuani Tiemann Gomes
Gestão de Contratos
CPF

Página: 3 de 7



Natureza da Despesa: 3.3.90.39

Fonte de Recurso: 150

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1. A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE, a quem competirá:

- a) registrar as ocorrências relacionadas com a execução deste Instrumento, determinando, junto ao encarregado do gerenciamento do Contrato da CONTRATADA, o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- b) propor a aplicação das penalidades cabíveis, assegurada à prévia defesa da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento.

10.2. A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive quanto aos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, ou por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Disponibilizar o acesso aos serviços do sistema “PontoWeb” no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

11.2 Executar os serviços de forma a garantir as funcionalidades do sistema, conforme descrito na Proposta e no Projeto Básico.

11.3 Prestar suporte técnico ao usuário por e-mail e telefone, nos dias úteis, em horário comercial, pelo período de vigência do contrato.

11.4 Responsabilizar-se perante a Contratante quanto ao desempenho do objeto, o qual restringir-se-á à sua compatibilidade com os dados constantes da documentação que o acompanha.

11.5 Prestar à Contratante o treinamento remoto ao(s) servidor(es) designado(s) para operar o sistema, visando o regular funcionamento do “software” com a obtenção dos resultados para os quais foi desenvolvido, durante o período da contratação.

11.6 Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos que se fizerem necessários sobre a execução do objeto do contrato.

11.7 Manter, durante a execução do Contrato, todas as obrigações e as condições técnicas assumidas, bem como as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação.



Bruna Perdicaris Degani
Gestão de Contratos;
Advogada - OAB/SC 41.709



Lázaro Malta dos Santos
Diretor Presidente



Tuani Tiemann Gomes
Gestão de Contratos
CPF: (

14.1. Constituem motivos para rescisão deste Contrato:

- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos ;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- c) o atraso injustificado no início da prestação dos serviços;
- d) a paralisação dos serviços, sem justa causa ou prévia comunicação à CONTRATANTE;
- e) a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial das obrigações contraídas, bem como a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA sem prévio conhecimento e autorização da CONTRATANTE;
- f) o não atendimento das determinações regulares da Fiscalização, assim como as de seus superiores;
- g) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio, pelo representante da CONTRATANTE designado para acompanhamento e fiscalização deste Contrato, a decretação de falência;
- h) a dissolução da CONTRATADA;
- i) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
- j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa da CONTRATANTE, e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
- k) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes dos serviços efetuados, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- l) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato;
- m) o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- n) a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei e nesse edital.
- o) a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento, nos prazos estipulados.

14.2. No caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77, da lei 8.666/93, a administração poderá:

- I – Determinar obrigações remanescentes que decorra da obrigação contratual extinta.
- II – Aplicar penalidades decorrentes de inadimplementos cujo conhecimento ocorra posteriormente à rescisão.
- III – Aplicar penalidades previstas neste instrumento contratual por descumprimento do disposto no inciso I, do item 15.2, inclusive com retenção de créditos devidos à contratada.

IV – Executar a garantia por descumprimento ou infringência a qualquer dos itens acima, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. A execução deste Contrato, bem como os casos omissos, regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma dos arts. 54 e 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93.

15.2. Este contrato vincula-se às disposições do Projeto Básico juntado às fls.18 a 21 do Processo Administrativo nº 197.001.587/2016.

15.3. O contratado obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

16.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação, no Diário Oficial do Distrito Federal, do extrato deste Contrato e de eventuais Termos Aditivos, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

Para firmeza e como prova de haverem entre si, justos e avençados, é lavrado este Instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, assinadas pelos representantes legais das partes e por 02 (duas) testemunhas.

Brasília – DF, 23 de março de 2017.

Pela Contratante:

PAULO SÉRGIO BRETAS DE ALMEIDA SALLES

Pela Contratada:

Ládero
Presidente
Santos

Testemunhas:

Nome: Bruna Berthelaris Degani
CPF: 04

Nome: Aulani Tiemann Gomes
CPF: